

Pedro Lenza

Mestre e Doutor pela USP. Advogado e Professor.
Visiting Scholar na Boston College Law School

DIREITO CONSTITUCIONAL

COLEÇÃO
**ESQUE
MATI
ZADO®**

27.^a Edição
2023

saraiva 



Av. Paulista, 901, Edifício CYK, 4º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-100

SAC

sac.sets@saraivaeducacao.com.br

Diretoria executiva Flávia Alves Bravin
Diretoria editorial Ana Paula Santos Matos
Gerência de produção e projetos Fernando Penteado
Gerência editorial Thais Cassoli Reato César

Novos projetos Aline Darcy Flôr de Souza
Dalila Costa de Oliveira

Edição Jeferson Costa da Silva (coord.)
Liana Ganiko Brito

Design e produção Daniele Debora de Souza (coord.)
Laudemir Marinho dos Santos
Camilla Felix Cianelli Chaves
Deborah Mattos
Lais Soriano
Tiago Dela Rosa

Planejamento e projetos Cintia Aparecida dos Santos
Daniela Maria Chaves Carvalho
Emily Larissa Ferreira da Silva
Kelli Priscila Pinto

Diagramação Fernanda Matajs

Revisão Paula Brito

Capa Tiago Dela Rosa

Produção gráfica Marli Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes

Impressão e acabamento EGB Editora Gráfica Bernardi Ltda.

OBRA COMPLETA 978-65-5559-753-0
DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ODILIO HILARIO MOREIRA JUNIOR – CRB-8/9949

L575c Lenza, Pedro

Direito Constitucional / Pedro Lenza; organizado por
Pedro Lenza. – 27. ed. – São Paulo: SaraivaJur, 2023.
(Coleção Esquematzado®)

1.576 p.

ISBN 978-65-5362-571-6 (impresso)

1. Direito. 2. Direito constitucional. 3. Constitui-
ção Federal. I. Título. II. Série.

2022-3934

CDD 342

CDU 342

Índices para catálogo sistemático:

1. Direito constitucional	342
2. Direito constitucional	342

Data de fechamento da edição: 17-1-2023

Dúvidas? Acesse www.saraivaeducacao.com.br

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por
qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva
Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido
na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CÓD. OBRA 10770

CL 607836

CAE 819774

<i>Uma Homenagem Especial</i>	VII
<i>Mais uma Homenagem Especial</i>	IX
<i>Uma Nova Homenagem Especial</i>	XI
<i>Mais uma Nova Homenagem Especial</i>	XIII
<i>Agradecimentos</i>	XVII
<i>Nota do Autor à 27.ª Edição</i>	XXI
<i>Apresentação à 1.ª Edição</i>	XXV
 1. (NEO)CONSTITUCIONALISMO	 1
1.1. Alocação do direito constitucional	1
1.1.1. A classificação em “ramos do direito”	1
1.1.2. A superação da dicotomia “público-privado” — constitucionalização do direito privado	2
1.2. Constitucionalismo	4
1.2.1. Conceito	4
1.2.2. Evolução histórica	4
1.2.3. Esquematização do constitucionalismo	9
1.3. Neoconstitucionalismo	9
1.3.1. Aspectos iniciais	9
1.3.2. Pontos marcantes do neoconstitucionalismo	11
1.3.3. Marcos fundamentais para se chegar a um “novo direito constitucional” (neoconstitucionalismo)	12
1.4. O novo constitucionalismo democrático latino-americano. Constitucionalismo pluralista (andino ou indígena). Estado plurinacional e intercultural	15
1.5. Constitucionalismo e soberania popular	17
1.5.1. Aspectos gerais	17
1.6. Constitucionalismo popular (Tushnet) — “Judicial Review” — “Teorias do diálogo constitucional” (Bateup) e “os papéis das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais nas democracias contemporâneas” (Barroso)	19
1.6.1. Constitucionalismo popular: perspectivas	19
1.6.2. Supremacia judicial “versus” soberania judicial: a nossa posição no sentido do diálogo constitucional	20
1.6.3. Reversão (superação) legislativa da jurisprudência da Corte: possibilidade de mutação constitucional pela via legislativa	21

1.6.4. “Os papéis das Supremas Cortes e Tribunais Constitucionais nas democracias contemporâneas” (Luís Roberto Barroso)	23
1.7. Constitucionalismo democrático e “backlash” (reação social em razão de decisão da Corte)	29
1.8. “Constitucionalismo abusivo” (David Landau): um alerta que preocupa e não se confunde com o denominado “constitucionalismo autoritário” (Mark Tushnet)	32
1.9. Material digital exclusivo	35
2. CONSTITUIÇÃO: CONCEITO, CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA, CLASSIFICAÇÕES, ELEMENTOS E HISTÓRICO	37
2.1. Conceito	37
2.1.1. Sentido sociológico	37
2.1.2. Sentido político	37
2.1.3. Sentido material e formal	38
2.1.4. Sentido jurídico	39
2.1.5. Sentido culturalista	41
2.1.6. Constituição aberta	41
2.1.7. Concepções da Constituição: qual o seu papel no ordenamento jurídico de um país?	42
2.2. “Crowdsourced constitution”: o legado da experiência pioneira da Islândia (2011)	45
2.3. Constitucionalização simbólica	47
2.3.1. Aspectos iniciais	47
2.3.2. Legislação simbólica	48
2.3.3. Constitucionalização simbólica	50
2.3.4. Constitucionalização simbólica como alopoiese do sistema jurídico	51
2.3.5. Neoconstitucionalismo, ativismo judicial e a concretização das normas constitucionais	52
2.4. Classificação (tipologia)	53
2.4.1. Quanto à origem e a distinção entre “Constituição” e “Carta”	53
2.4.2. Quanto à forma	55
2.4.3. Quanto à extensão	56
2.4.4. Quanto ao conteúdo	57
2.4.5. Quanto ao modo de elaboração	58
2.4.6. Quanto à alterabilidade	58
2.4.7. Quanto à sistemática (critério sistemático)	61
2.4.8. Quanto à dogmática	62
2.4.9. Quanto à correspondência com a realidade (critério ontológico — essência)	63
2.4.10. Quanto ao sistema	64
2.4.11. Quanto à função	64
2.4.12. Quanto à origem de sua decretação: heterônomas (heteroconstituições) x autônomas (“autoconstituições” ou “homoconstituições”)	65
2.4.13. Constituições garantia, balanço e dirigente (Manoel Gonçalves Ferreira Filho) ..	66
2.4.14. Constituições liberais (negativas) e sociais (dirigentes) — conteúdo ideológico das Constituições (André Ramos Tavares)	66
2.4.15. Raul Machado Horta (Constituições expansivas)	67
2.4.16. A Constituição Federal brasileira de 1988	68
2.5. Elementos das Constituições	69

2.6. Histórico das Constituições brasileiras	70
2.6.1. Constituição de 1824	70
2.6.2. Decreto n. 1, de 15.11.1889 — primeiro Governo Provisório da República.....	75
2.6.3. Constituição de 1891	75
2.6.4. A Revolução de 1930 — segundo Governo Provisório da República	80
2.6.5. Constituição de 1934	81
2.6.6. Constituição de 1937	84
2.6.7. Constituição de 1946	88
2.6.8. Golpe Militar de 1964	91
2.6.9. Constituição de 1967	92
2.6.10. “Constituição” de 1969 — EC n. 1, de 17.10.1969	94
2.6.11. Constituição de 1988	99
2.7. Material digital exclusivo	104

3. HERMENÊUTICA: MUTAÇÃO X REFORMA. REGRAS X PRINCÍPIOS. “DERROTABILIDADE”. POSTULADOS NORMATIVOS. CRIAÇÃO JUDICIAL DO DIREITO. ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO

105

3.1. Mutações constitucionais “versus” reformas constitucionais	105
3.2. Regras e princípios	109
3.3. Derrotabilidade (“defeasibility”).....	113
3.4. Normas de segundo grau: postulados normativos	117
3.5. Métodos de interpretação	117
3.5.1. Método jurídico ou hermenêutico clássico	118
3.5.2. Método tópico-problemático (ou método da tópica)	118
3.5.3. Método hermenêutico-concretizador	118
3.5.4. Método científico-espiritual	119
3.5.5. Método normativo-estruturante	119
3.5.6. Método da comparação constitucional	119
3.6. Princípios da interpretação constitucional	119
3.6.1. Princípio da unidade da Constituição	120
3.6.2. Princípio do efeito integrador	121
3.6.3. Princípio da máxima efetividade	121
3.6.4. Princípio da justeza ou da conformidade (exatidão ou correção) funcional	121
3.6.5. Princípio da concordância prática ou harmonização.....	122
3.6.6. Princípio da força normativa	122
3.6.7. Princípio da interpretação conforme a Constituição	123
3.6.8. Princípio da proporcionalidade ou razoabilidade.....	123
3.7. Limites da interpretação constitucional	125
3.7.1. Decisões interpretativas em sentido estrito	126
3.7.2. Decisões manipuladoras (ou manipulativas) (ou normativas)	126
3.7.3. Lacuna constitucional e o “pensamento jurídico do possível” na jurisprudência do STF	132
3.7.4. Críticas ao “pamprincipiologismo” (Lenio Streck) e a realidade de uma inegável “Supremocracia” (Oscar Vilhena Vieira).....	134
3.7.5. Desacordo moral razoável.....	136
3.8. Teoria dos poderes implícitos.....	137

3.9. Hermenêutica constitucional: a sociedade aberta dos intérpretes da Constituição: contribuição para a interpretação pluralista e “procedimental” da Constituição.....	138
3.10. Estrutura da Constituição	140
3.10.1. Preâmbulo	140
3.10.2. Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT)	144
3.11. Material digital exclusivo	150
4. PODER CONSTITUINTE.....	151
4.1. Esquema geral.....	151
4.2. Conceito e titularidade	151
4.3. Hiato constitucional (revolução — mutação — reforma — hiato autoritário)	152
4.4. Poder constituinte originário (genuíno ou de 1.º grau)	153
4.4.1. Conceito.....	153
4.4.2. Uma subdivisão	153
4.4.3. Características	154
4.4.4. Poder constituinte originário formal e material	156
4.4.5. Formas de expressão	156
4.4.6. A proposta de convocação de uma “assembleia nacional constituinte exclusiva e específica” para a reforma política: aberração jurídica; violência ao sistema... ..	156
4.4.7. “Lipoaspiração constitucional” e a proposta de realização de plebiscito para a elaboração de uma nova Constituição.....	158
4.5. Poder constituinte derivado (instituído, constituído, secundário, de 2.º grau ou remanescente)	158
4.5.1. Conceito e espécies	158
4.5.2. Poder constituinte derivado reformador	159
4.5.3. Poder constituinte derivado decorrente	160
4.5.4. Poder constituinte derivado revisor	165
4.6. Poder constituinte difuso.....	167
4.7. Poder constituinte supranacional.....	169
4.8. Nova Constituição e ordem jurídica anterior	170
4.8.1. Recepção	170
4.8.2. Repristinação.....	173
4.8.3. Desconstitucionalização.....	174
4.8.4. Recepção material de normas constitucionais	175
4.9. Poder constituinte e direito adquirido. Graus de retroatividade da norma constitucional: máximo, médio ou mínimo?.....	176
4.10. Material digital exclusivo	178
5. EFICÁCIA E APLICABILIDADE DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	179
5.1. Eficácia jurídica e eficácia social.....	179
5.2. Normas constitucionais de eficácia plena	179
5.3. Normas constitucionais de eficácia contida	181
5.4. Normas constitucionais de eficácia limitada	183
5.5. A classificação de <i>Maria Helena Diniz</i>	187
5.6. A classificação de <i>Celso Ribeiro Bastos</i> e <i>Carlos Ayres Britto</i>	188
5.7. Normas constitucionais de eficácia esgotada e aplicabilidade esgotada	188
5.8. Normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais e o gradualismo eficaz das normas constitucionais.....	189

5.9. Eficácia e aplicabilidade na jurisprudência do STF.....	191
5.10. Material digital exclusivo	191
6. CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	193
6.1. Controle de constitucionalidade: direito comparado e sistema brasileiro	193
6.1.1. Noções preliminares	193
6.1.2. A inconstitucionalidade das leis e a regra geral da “teoria da nulidade”. Sistema austríaco (Kelsen) “versus” Sistema norte-americano (Marshall). Anulabilidade “versus” nulidade	194
6.1.3. Flexibilização das teorias da “nulidade absoluta da lei declarada inconstitucional” e da “anulabilidade da norma inconstitucional” no direito estrangeiro (brevíssima noção)	196
6.1.4. Flexibilização da teoria da nulidade no direito brasileiro	198
6.1.5. Constitucionalidade e inconstitucionalidade superveniente?	201
6.2. Breve análise evolutiva do sistema brasileiro de controle de constitucionalidade	204
6.2.1. Constituição de 1824	204
6.2.2. Constituição de 1891	205
6.2.3. Constituição de 1934	205
6.2.4. Constituição de 1937	206
6.2.5. Constituição de 1946	206
6.2.6. Constituição de 1967 e EC n. 1/69	206
6.2.7. Constituição de 1988	206
6.3. Espécies de inconstitucionalidade e o “estado de coisas inconstitucional”	208
6.3.1. Inconstitucionalidade por ação e por omissão (quadro esquemático)	208
6.3.2. Vício formal (inconstitucionalidade orgânica, inconstitucionalidade formal propriamente dita e inconstitucionalidade formal por violação a pressupostos objetivos do ato)	209
6.3.3. Vício material (de conteúdo, substancial ou doutrinário)	212
6.3.4. Vício de decoro parlamentar (?)	212
6.3.5. “Estado de coisas inconstitucional” (ECI)	215
6.4. Momentos de controle	216
6.4.1. Controle prévio ou preventivo	217
6.4.2. Controle posterior ou repressivo	223
6.5. Sistemas e vias de controle judicial	232
6.6. Controle difuso	233
6.6.1. Origem histórica: Marbury “versus” Madison, Sessão de fev. de 1803 (I, repertório de Cranch, 137-180)	233
6.6.2. Noções gerais	235
6.6.3. Controle difuso nos tribunais e a cláusula de reserva de plenário (“full bench”). Art. 97 da CF/88	235
6.6.4. Efeitos da decisão	242
6.6.5. Para terceiros (art. 52, X): mutação constitucional do papel do Senado Federal no controle difuso. Teoria da transcendência dos motivos determinantes da sentença no controle difuso: análise crítica — abstrativização do controle difuso — tendência para uma maior expansividade das decisões mesmo quando tomadas em controvérsias individuais. Perspectivas do controle incidental em controle concentrado. Limitação do cabimento da reclamação	247

6.6.6. Controle difuso em sede de ação civil pública.....	269
6.7. Controle concentrado.....	272
6.7.1. ADI genérica	272
6.7.2. Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC)	369
6.7.3. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF).....	373
6.7.4. Ação Direta de Inconstitucionalidade por Omissão (ADO).....	383
6.7.5. Representação Interventiva (IF).....	396
6.8. Controle abstrato de constitucionalidade nos Estados-Membros	407
6.8.1. Regras gerais	407
6.8.2. Objeto	408
6.8.3. Competência.....	408
6.8.4. Legitimados.....	408
6.8.5. Parâmetro de controle (pauta de referência ou paradigma de confronto)	409
6.8.6. “Simultaneus processus”	416
6.9. Quadro comparativo do sistema jurisdicional misto de controle posterior ou repressivo de constitucionalidade no Brasil	419
6.10. Material digital exclusivo	423
7. DIVISÃO ESPACIAL DO PODER — ORGANIZAÇÃO DO ESTADO.....	425
7.1. Noções preliminares.....	425
7.1.1. Elementos integrantes (componentes ou constitutivos) do Estado	425
7.1.2. Forma de governo, sistema de governo e forma de Estado.....	425
7.2. Formas de Estado	426
7.3. Federação.....	427
7.3.1. Histórico.....	427
7.3.2. Tipologias do Federalismo.....	428
7.3.3. Características da Federação.....	431
7.3.4. Federação brasileira	432
7.4. União Federal	441
7.4.1. Capital Federal	442
7.4.2. Bens da União	444
7.4.3. Competências da União Federal	448
7.4.4. Regiões administrativas ou de desenvolvimento	454
7.5. Estados-Membros	455
7.5.1. Formação dos Estados-Membros	456
7.5.2. Bens dos Estados-Membros	463
7.5.3. Competências dos Estados-Membros	463
7.5.4. Exploração dos serviços locais de gás canalizado.....	465
7.5.5. Regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões.....	465
7.6. Municípios	471
7.6.1. Formação dos Municípios	472
7.6.2. Competências dos Municípios	475
7.7. Distrito Federal.....	477
7.7.1. Histórico.....	477
7.7.2. Distrito Federal como unidade federada.....	477
7.7.3. Outras características importantes.....	478

7.7.4. Competências do Distrito Federal.....	479
7.8. Territórios Federais	480
7.8.1. Histórico	480
7.8.2. Natureza jurídica	481
7.8.3. Ainda existem territórios no Brasil?	481
7.8.4. Mas, afinal de contas, o que é Fernando de Noronha?	481
7.8.5. Apesar de não existirem, podem vir a ser criados novos territórios?.....	482
7.8.6. Outras características importantes sobre Territórios Federais	482
7.9. Modelos de repartição de competências	483
7.9.1. Modelo clássico e modelo moderno.....	484
7.9.2. Modelo horizontal e modelo vertical	484
7.10. Quadro ilustrativo da competência legislativa constitucional — alguns precedentes do STF	485
7.11. Amianto, tabaco e Covid-19 (pandemia).....	486
7.11.1. Amianto	486
7.11.2. Tabaco	491
7.11.3. Covid-19 — medidas tomadas para o enfrentamento da pandemia e as perspectivas trazidas pelas ECs ns. 109/2021 e 119/2022.....	492
7.12. Intervenção	493
7.12.1. Intervenção federal.....	493
7.12.2. Intervenção estadual.....	504
7.13. Material digital exclusivo	506
8. SEPARAÇÃO DE “PODERES” — TEORIA GERAL	507
8.1. Noções introdutórias	507
8.1.1. Aristóteles: identificação das funções do Estado	507
8.1.2. Montesquieu: correspondência entre a divisão funcional e a divisão orgânica ...	507
8.1.3. E qual seria a finalidade da separação dos poderes?	508
8.2. Funções típicas e atípicas	510
8.3. Impropriedade da expressão “tripartição de Poderes”.....	512
8.4. A independência dos Poderes e a indelegabilidade de atribuições.....	513
8.5. Material digital exclusivo	514
9. PODER LEGISLATIVO.....	515
9.1. Estrutura do Poder Legislativo.....	515
9.1.1. Estrutura do Poder Legislativo federal	515
9.1.2. Estrutura do Poder Legislativo estadual, municipal, distrital e dos Territórios Federais	515
9.2. Atribuições do Congresso Nacional	520
9.3. Câmara dos Deputados.....	522
9.3.1. Aspectos fundamentais	522
9.3.2. Requisitos para a candidatura dos Deputados Federais	524
9.3.3. Competências privativas da Câmara dos Deputados.....	524
9.4. Senado Federal	525
9.4.1. Aspectos fundamentais	525
9.4.2. Requisitos para a candidatura dos Senadores.....	526

9.4.3. Competências privativas do Senado Federal	526
9.5. Quadro comparativo e deliberações	528
9.6. Remuneração dos parlamentares	529
9.6.1. Subsídio mensal	529
9.6.2. Verba indenizatória: dever de transparência	531
9.7. Das reuniões	533
9.7.1. Sessão legislativa ordinária	533
9.7.2. Hipóteses de convocação extraordinária	534
9.7.3. Reunião em sessão conjunta	535
9.7.4. Sessão preparatória e Mesas Diretoras	535
9.8. Das comissões parlamentares	537
9.8.1. Comissão temática ou em razão da matéria (permanentes)	538
9.8.2. Comissão especial ou temporária	538
9.8.3. Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI)	538
9.8.4. Comissão mista	556
9.8.5. Comissão representativa	557
9.9. Imunidades parlamentares	557
9.9.1. Aspectos introdutórios	557
9.9.2. Imunidade parlamentar federal	558
9.9.3. Parlamentares estaduais e do DF	590
9.9.4. Parlamentares municipais	590
9.10. Incompatibilidades e impedimentos dos parlamentares federais	591
9.11. Perda do mandato do Deputado ou Senador	592
9.11.1. Hipóteses de perda do mandato e suas peculiaridades	592
9.11.2. Cassação x extinção do mandato	593
9.11.3. Votação aberta na hipótese de cassação do mandato: aprovação da “PEC do voto aberto” (EC n. 76/2013). Avanço democrático	594
9.11.4. A perda do mandato parlamentar em razão de sentença penal condenatória transitada em julgado e a interpretação fixada pelo STF no julgamento da AP 470 (“mensalão”), bem como da AP 565 (art. 15, III, x art. 55, §§ 2.º e 3.º). O caso concreto da AP 396. Proposta de exceção objetiva à regra geral (MS 32.326 e APs 694 e 863)	594
9.11.5. É possível a renúncia do cargo por parlamentar submetido a processo que vise ou possa levá-lo à perda do mandato?	601
9.11.6. Perda do mandato nas hipóteses de infidelidade partidária	601
9.11.7. Suspensão do exercício do mandato de parlamentar eleito (AC 4.070)	602
9.12. Hipóteses em que não haverá a perda do mandato do Deputado ou Senador e outras regras	603
9.13. Processo legislativo	604
9.13.1. Considerações introdutórias	604
9.13.2. Esquema do processo legislativo das leis ordinárias e complementares	606
9.13.3. Fase de iniciativa	606
9.13.4. Fase constitutiva	625
9.13.5. Fase complementar — promulgação e publicação	637
9.14. Espécies normativas	638
9.14.1. Emenda constitucional	639

9.14.2. Lei complementar e lei ordinária	645
9.14.3. Lei delegada	649
9.14.4. Medida provisória	651
9.14.5. Decreto legislativo.....	669
9.14.6. Resolução	679
9.14.7. Quadro comparativo das espécies normativas.....	680
9.15. Função fiscalizatória exercida pelo Legislativo e o Tribunal de Contas	681
9.15.1. Tribunal de Contas da União.....	681
9.15.2. Distinção entre a atuação do TCU e da CGU: inexistência de invasão de atribuições. Auxílio no controle externo (TCU) x controle interno (CGU) — perfeita convivência.....	695
9.15.3. Tribunais de Contas Estaduais e Tribunal de Contas do Distrito Federal.....	696
9.15.4. Tribunais de Contas Municipais	698
9.15.5. Ministério Público Especial (art. 130)	701
9.16. Material digital exclusivo	704
10. PODER EXECUTIVO.....	705
10.1. Notas introdutórias	705
10.2. Presidencialismo “versus” parlamentarismo.....	705
10.3. Executivo monocrático, colegial, diretorial e dual — conceito	706
10.4. O Poder Executivo na CF/88	707
10.4.1. O exercício do Poder Executivo no Brasil	707
10.4.2. Atribuições conferidas ao Presidente da República	708
10.4.3. Condições de elegibilidade	713
10.4.4. Processo eleitoral e equipe de transição	714
10.4.5. Posse e mandato	716
10.4.6. Impedimento e vacância dos cargos	717
10.4.7. Ministros de Estado	727
10.4.8. Conselho da República e Conselho de Defesa Nacional	732
10.4.9. Crimes de responsabilidade	734
10.4.10. Crimes comuns	742
10.4.11. Prisão.....	744
10.4.12. A imunidade formal em relação à prisão (art. 86, § 3.º) e a cláusula de irresponsabilidade penal relativa (art. 86, § 4.º) podem ser estendidas aos demais chefes do Poder Executivo por atos normativos dos respectivos entes federativos?	744
10.4.13. Outras regras importantes sobre os demais Chefes do Poder Executivo	745
10.4.14. Sistematização da competência para julgamento das autoridades pela prática de infrações penais comuns e crimes de responsabilidade	749
10.5. Material digital exclusivo	762
11. PODER JUDICIÁRIO.....	763
11.1. Funções do Poder Judiciário.....	763
11.2. Algumas características da jurisdição.....	763
11.3. Reforma do Poder Judiciário — EC n. 45/2004.....	765
11.3.1. Histórico de sua tramitação	765

11.3.2.	Principais alterações	767
11.3.3.	Principais ações diretas e decisões do STF em relação às novidades introduzidas pela EC n. 45/2004 (ordem cronológica de propositura)	771
11.4.	Estatuto da Magistratura.....	771
11.4.1.	Disposições gerais.....	771
11.4.2.	A EC n. 88/2015 (fruto da “PEC da Bengala”), a EC n. 103/2019 (“Reforma da Previdência”), a EC n. 122/2022 e as ADIs 5.316, 5.430, 5.486 e 5.490....	776
11.5.	Garantias do Judiciário.....	780
11.5.1.	Garantias institucionais do Judiciário	781
11.5.2.	Garantias funcionais do Judiciário (ou de órgãos)	782
11.5.3.	Prerrogativa de foro: o magistrado aposentado tem direito a foro especial por prerrogativa de função?	788
11.6.	Estrutura do Judiciário.....	789
11.6.1.	Órgãos de convergência e órgãos de superposição.....	789
11.6.2.	Justiças: comum e especial	790
11.6.3.	Competência penal “versus” competência civil	791
11.6.4.	Juizados Especiais: algumas particularidades.....	792
11.6.5.	Organograma do Poder Judiciário	801
11.7.	A regra do “quinto constitucional”	802
11.8.	Características gerais dos órgãos do Poder Judiciário	805
11.8.1.	Supremo Tribunal Federal (STF).....	805
11.8.2.	Superior Tribunal de Justiça (STJ).....	814
11.8.3.	Tribunais Regionais Federais (TRFs) e Juízes Federais	819
11.8.4.	Tribunais e Juízes do Trabalho	821
11.8.5.	Tribunais e Juízes Eleitorais	827
11.8.6.	Tribunais e Juízes Militares.....	832
11.8.7.	Tribunais e Juízes dos Estados	852
11.8.8.	Varas Agrárias e os conflitos fundiários.....	855
11.8.9.	Justiça Estadual é competente para julgar crimes comuns entre silvícolas ...	857
11.8.10.	Tribunais e Juízes do Distrito Federal e Territórios	858
11.9.	Princípio do juiz natural e convocação de juízes de primeiro grau para compor órgão julgador de tribunal.....	859
11.10.	Magistratura — teto de subsídio x teto de remuneração — Poder Judiciário — caráter nacional e unitário	860
11.11.	Da Justiça de Paz (art. 98, II).....	862
11.11.1.	Regras gerais.....	862
11.11.2.	Os juízes de paz integram o Poder Judiciário?.....	865
11.12.	Dos precatórios	866
11.12.1.	Regras gerais.....	866
11.13.	Conselho Nacional de Justiça	869
11.13.1.	Aspectos gerais e composição do CNJ	869
11.13.2.	Aperfeiçoamento do CNJ: EC n. 61/2009	872
11.13.3.	Inexistência de regulamentação (critérios objetivos) para a indicação dos membros do CNJ.....	873
11.13.4.	O CNJ é constitucional?.....	874
11.13.5.	Atribuições do CNJ e o controle de suas decisões pelo STF (limites?).....	876

11.13.6. O CNJ tem controle da função jurisdicional do Judiciário?.....	882
11.13.7. Corregedoria Nacional de Justiça e Ministro-Corregedor do CNJ	882
11.13.8. O CNJ, no exercício de suas atribuições correccionais, atua originariamente (primariamente) e concorrentemente com as Corregedorias dos tribunais ...	883
11.13.9. Prerrogativa de foro	884
11.13.10. Outras regras sobre o CNJ	884
11.14. Súmula vinculante	885
11.14.1. Duas realidades: a morosidade da Justiça e as teses jurídicas repetitivas.....	885
11.14.2. As “famílias” do direito.....	885
11.14.3. Influência do “stare decisis” da família da “common law”	886
11.14.4. Influência da Alemanha e da Áustria.....	887
11.14.5. A influência do direito português.....	887
11.14.6. A evolução do “direito sumular” no Brasil (fase colonial — influência do direito português).....	887
11.14.7. A evolução do “direito sumular” no Brasil (após a independência).....	888
11.14.8. Prenúncios da súmula vinculante em âmbito constitucional.....	889
11.14.9. Prenúncios da súmula vinculante no âmbito do direito processual civil	889
11.14.10. Os contornos da súmula vinculante na EC n. 45/2004.....	890
11.14.11. As regras trazidas pela Lei n. 11.417, de 19.12.2006 — súmula vinculante ..	891
11.14.12. As súmulas vinculantes (a de número 30 com a publicação suspensa) editadas pelo STF	899
11.14.13. Aspectos conclusivos	899
11.15. Extinção dos Tribunais de Alçada.....	900
11.15.1. Histórico nas Constituições	900
11.15.2. O surgimento dos Tribunais de Alçada nos Estados	901
11.15.3. A EC n. 45/2004	902
11.16. Material digital exclusivo	903
12. FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA	905
12.1. Noções introdutórias.....	905
12.2. Ministério Público	905
12.2.1. Histórico.....	905
12.2.2. Definição e investidura (“quarentena de entrada”)	912
12.2.3. Organização do Ministério Público na CF/88 — art. 128, I e II, e MP Eleitoral	914
12.2.4. Chefe do Ministério Público.....	917
12.2.5. Princípios institucionais.....	923
12.2.6. Princípio do promotor natural	926
12.2.7. Garantias do Ministério Público.....	930
12.2.8. Funções institucionais do Ministério Público	935
12.2.9. A teoria dos “poderes implícitos” e o poder de investigação criminal pelo MP. A investigação criminal não é exclusividade da polícia (devendo ser observados alguns parâmetros). Procedimento investigatório criminal (PIC) a cargo do Ministério Público.....	940
12.2.10. Posicionamento do MP ao lado dos Juízes nas salas de audiência (ADI 4.768) e a Lei n. 14.508/2022 (Advocacia).....	943
12.2.11. Conselho Nacional do Ministério Público.....	944

12.2.12.	Ministério Público junto ao Tribunal de Contas — Ministério Público Especial (art. 130)	951
12.3.	Advocacia pública	952
12.3.1.	A distorção corrigida pela EC n. 19/98	952
12.3.2.	Atribuições e prerrogativas dos ocupantes dos cargos das carreiras jurídicas da advocacia pública (regras gerais)	953
12.3.3.	O advogado público pode exercer a advocacia fora das atribuições do respectivo cargo?	954
12.3.4.	Assessoramento, amplitude vinculativa dos pareceres jurídicos e a responsabilização dos advogados públicos	956
12.3.5.	“Contempt of Court”: a multa do art. 14, parágrafo único, do CPC/73 e os advogados públicos — ADI 2.652. CPC/2015 — avanço na linha da decisão do STF	959
12.3.6.	Pareceres e Súmula da Advocacia-Geral da União	960
12.3.7.	Advocacia-Geral da União	961
12.3.8.	Procuradoria-Geral dos Estados e do Distrito Federal	971
12.3.9.	Procuradoria-Geral dos Municípios	975
12.3.10.	Advocacia pública e os honorários de sucumbência no CPC/2015	977
12.3.11.	Aplicabilidade das regras do Estatuto da Advocacia a advogados empregados públicos? — ADI 3.396	978
12.4.	Advocacia	978
12.4.1.	A advocacia à luz da jurisprudência do STF	981
12.5.	Defensoria Pública	997
12.5.1.	“Ondas renovatórias” (4.ª e 5.ª ondas?). Global Access to Justice Project	997
12.5.2.	Assistência jurídica integral e gratuita — aspectos gerais e evolução constitucional. Acesso à justiça como elemento instrumental de concretização do mínimo existencial (Barcellos)	998
12.5.3.	Regras gerais e abrangência da Defensoria Pública	1000
12.5.4.	O fortalecimento da Defensoria Pública pela EC n. 45/2004 (Reforma do Judiciário), bem como pelas ECs ns. 69/2012 e 74/2013: autonomia funcional, administrativa e financeira	1004
12.5.5.	Autonomia da Defensoria Pública da União — DPU. Constitucionalidade da EC n. 74/2013. A pretensão formulada na ADI 5.296 (10.04.2015) mostra-se totalmente infundada	1007
12.5.6.	As profundas alterações introduzidas pela EC n. 80/2014	1010
12.5.7.	A Defensoria Pública como cláusula pétrea	1015
12.5.8.	Princípio do defensor público natural	1017
12.5.9.	Garantias dos membros da Defensoria Pública	1018
12.5.10.	É possível o reconhecimento da garantia da vitaliciedade para os membros da Defensoria Pública?	1020
12.5.11.	A Defensoria Pública como “custos vulnerabilis” (Maurilio Casas Maia): origem histórica. Atuação da Defensoria Pública além das situações de vulnerabilidade meramente econômico-financeira. Perspectiva de contraponto à atuação do Ministério Público como fiscal da ordem jurídica. Paridade de armas entre acusação pública e defesa pública	1023
12.5.12.	Expressa previsão de notificação da Defensoria Pública da União nas hipóteses de retirada compulsória do migrante ou do visitante (Lei de Migração — Lei n. 13.445/2017)	1030

12.5.13. Algumas questões já decididas pela jurisprudência do STF e do STJ	1031
12.6. Material digital exclusivo	1047
13. DEFESA DO ESTADO E DAS INSTITUIÇÕES DEMOCRÁTICAS	1049
13.1. Sistema constitucional das crises	1049
13.1.1. Noções introdutórias.....	1049
13.1.2. Constitucionalismo brasileiro: quadro descritivo.....	1051
13.1.3. Controle judicial.....	1053
13.2. Estado de defesa (CF/88)	1055
13.2.1. Hipóteses de decretação do estado de defesa	1055
13.2.2. Procedimento e regras gerais.....	1056
13.2.3. Controle exercido sobre a decretação do estado de defesa ou sua prorrogação ..	1056
13.3. Estado de sítio (CF/88).....	1057
13.3.1. Hipóteses de decretação do estado de sítio.....	1057
13.3.2. Procedimento e abrangência.....	1058
13.3.3. Medidas coercitivas	1058
13.3.4. Controle exercido sobre a decretação do estado de sítio	1059
13.4. Disposições comuns aos estados de defesa e de sítio.....	1060
13.5. Quadro comparativo entre o estado de defesa e o estado de sítio (CF/88).....	1061
13.6. Forças Armadas	1064
13.6.1. Regras gerais.....	1064
13.6.2. Emprego das Forças Armadas para a Garantia da Lei e da Ordem (GLO). As Forças Armadas não assumem o papel de poder moderador na hipótese de conflito entre poderes. As Forças Armadas são instituições de Estado e, portanto, não são elas órgãos de governo	1067
13.6.3. Acumulação de cargos (ECs ns. 77/2014 e 101/2019)	1070
13.6.4. “Habeas corpus” e punições disciplinares militares	1071
13.6.5. Serviço militar obrigatório	1071
13.6.6. Leis de iniciativa reservada ao Presidente da República (art. 61, § 1.º, I e II, “f”)	1072
13.6.7. As praças prestadoras de serviço militar inicial podem receber abaixo do salário mínimo?	1072
13.6.8. Editais de concurso podem estabelecer limite de idade para o ingresso nas Forças Armadas?.....	1073
13.6.9. “Princípio da insignificância” e crimes militares: o caso concreto de posse de reduzida quantidade de substância entorpecente. Princípio da especiali- dade. Afastamento da Lei de Drogas.....	1074
13.6.10. A criminalização da “pederastia” ainda se justifica no Código Penal Militar? (ADPF 291)	1076
13.6.11. Criação do Ministério da Defesa pela EC n. 23/99	1077
13.7. Segurança pública.....	1078
13.7.1. Aspectos gerais	1079
13.7.2. Cooperação entre a União e os Estados-Membros e o DF e a Força Nacional de Segurança Pública.....	1081
13.7.3. BEPE — Batalhão Especial de Pronto Emprego	1083
13.7.4. UPPs — Unidades de Polícia Pacificadora (RJ)	1083
13.7.5. Polícias da União	1083

13.7.6.	Polícias dos Estados.....	1088
13.7.7.	Polícias do Distrito Federal	1093
13.7.8.	Polícias dos Territórios	1095
13.7.9.	Policiais civis e militares: direito de greve (?) e anistia (?).....	1095
13.7.10.	A extinção da pena de prisão disciplinar para as polícias militares e os corpos de bombeiros militares dos Estados, dos Territórios e do Distrito Federal pela Lei Federal n. 13.967/2019 — ADI 6.595 (STF) — inconstitucionalidade formal e material.....	1102
13.7.11.	Polícias penais federal, estadual e distrital (EC n. 104/2019).....	1105
13.8.	Guardas municipais	1108
13.9.	Exercício da advocacia?.....	1110
13.10.	Segurança viária. Carreira dos agentes de trânsito. EC n. 82/2014	1111
13.10.1.	Tramitação da EC n. 82/2014.....	1111
13.10.2.	A segurança viária é questão de saúde pública	1111
13.10.3.	Tripé da segurança viária.....	1112
13.10.4.	Segurança viária: questão a ser tratada de forma indissociável da segurança pública	1113
13.10.5.	A carreira específica de agentes de trânsito	1114
13.11.	Material digital exclusivo	1116
14.	DIREITOS E GARANTIAS FUNDAMENTAIS	1117
14.1.	Localização.....	1117
14.2.	Evolução dos direitos fundamentais (“gerações” ou “dimensões” de direitos)	1117
14.2.1.	Direitos fundamentais da 1.ª dimensão	1118
14.2.2.	Direitos fundamentais da 2.ª dimensão	1119
14.2.3.	Direitos fundamentais da 3.ª dimensão	1119
14.2.4.	Direitos fundamentais da 4.ª dimensão	1120
14.2.5.	Direitos fundamentais da 5.ª dimensão	1121
14.3.	Diferenciação entre direitos e garantias fundamentais.....	1121
14.4.	Características dos direitos e garantias fundamentais	1122
14.5.	Abrangência (titularidade) dos direitos e garantias fundamentais.....	1123
14.6.	A aplicabilidade das normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais.....	1124
14.7.	A teoria dos quatro “status” de Jellinek	1125
14.8.	Eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	1126
14.8.1.	Aspectos gerais	1126
14.8.2.	Teorias da eficácia indireta (mediata) ou direta (imediata).....	1127
14.8.3.	Eficácia “irradiante” dos direitos fundamentais	1127
14.8.4.	Alguns precedentes.....	1128
14.8.5.	Brevíssima conclusão.....	1129
14.9.	Deveres fundamentais	1130
14.10.	Direitos individuais e coletivos	1130
14.10.1.	Direito à vida (art. 5.º, “caput”).....	1131
14.10.2.	Princípio da igualdade (art. 5.º, “caput”, I).....	1142
14.10.3.	Princípio da legalidade (art. 5.º, II).....	1152
14.10.4.	Proibição da tortura (art. 5.º, III)	1152
14.10.5.	Liberdade da manifestação de pensamento (art. 5.º, IV e V).....	1155

14.10.6. Liberdade de consciência, crença e culto (art. 5.º, VI a VIII)	1165
14.10.7. Liberdade de atividade intelectual, artística, científica ou de comunicação. Indenização em caso de dano (art. 5.º, IX e X)	1177
14.10.8. Inviolabilidade da intimidade, vida privada, honra e imagem das pessoas (art. 5.º, X)	1178
14.10.9. Inviolabilidade domiciliar (art. 5.º, XI)	1186
14.10.10. Sigilo de correspondência e comunicações (art. 5.º, XII)	1189
14.10.11. Liberdade de profissão (art. 5.º, XIII)	1192
14.10.12. Liberdade de informação (art. 5.º, XIV e XXXIII)	1194
14.10.13. Liberdade de locomoção (art. 5.º, XV)	1196
14.10.14. Direito de reunião (art. 5.º, XVI)	1197
14.10.15. Direito de associação (art. 5.º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI)	1199
14.10.16. Direito de propriedade (art. 5.º, XXII, XXIII, XXIV, XXV e XXVI)	1200
14.10.17. Direito de herança e estatuto sucessório (art. 5.º, XXX e XXXI)	1202
14.10.18. Propriedade intelectual (art. 5.º, XXVII, XXVIII e XXIX)	1203
14.10.19. Defesa do consumidor (art. 5.º, XXXII)	1203
14.10.20. Direito de petição e obtenção de certidões (art. 5.º, XXXIV)	1206
14.10.21. Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5.º, XXXV)	1208
14.10.22. Limites à retroatividade da lei (art. 5.º, XXXVI)	1212
14.10.23. Princípio do promotor natural (art. 5.º, LIII)	1214
14.10.24. Princípio do juiz natural ou legal (art. 5.º, XXXVII e LIII)	1214
14.10.25. Tribunal Penal Internacional — “TPI” (art. 5.º, § 4.º — EC n. 45/2004)	1216
14.10.26. Federalização dos crimes contra direitos humanos (art. 109, V-A e § 5.º — EC n. 45/2004) — Incidente de deslocamento de competência — IDC	1219
14.10.27. Tribunal do Júri (art. 5.º, XXXVIII)	1223
14.10.28. Segurança jurídica em matéria criminal (art. 5.º, XXXIX a LXVII) e a teoria dos mandados expressos de criminalização à luz dos direitos funda- mentais	1224
14.10.29. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa (art. 5.º, LIV e LV)	1244
14.10.30. Devido processo legal substantivo ou material (arts. 5.º, LV, e 3.º, I)	1251
14.10.31. Provas ilícitas (art. 5.º, LVI)	1251
14.10.32. Publicidade dos atos processuais e dever de motivação das decisões judiciais (arts. 5.º, LX, e 93, IX). Perspectivas do CPC/2015	1252
14.10.33. Assistência jurídica integral e gratuita (art. 5.º, LXXIV)	1254
14.10.34. Erro judiciário (art. 5.º, LXXV)	1254
14.10.35. Gratuidade das certidões de nascimento e de óbito (art. 5.º, LXXVI)	1256
14.10.36. Gratuidade nas ações de “habeas corpus” e “habeas data” (art. 5.º, LXXVII) ...	1257
14.10.37. Celeridade processual (art. 5.º, LXXVIII)	1258
14.10.38. Direito à proteção dos dados pessoais, inclusive nos meios digitais (art. 5.º, LXXIX)	1263
14.11. Remédios constitucionais	1263
14.11.1. Os remédios constitucionais nas Constituições brasileiras — quadro esque- matizado	1263
14.11.2. “Habeas corpus” (art. 5.º, LXVIII)	1264
14.11.3. Mandado de segurança (art. 5.º, LXIX)	1275
14.11.4. Mandado de segurança coletivo (art. 5.º, LXX)	1279

14.11.5. Mandado de injunção (art. 5.º, LXXI)	1282
14.11.6. “Habeas data” (art. 5.º, LXXII)	1291
14.11.7. Ação popular (art. 5.º, LXXIII)	1293
14.12. Material digital exclusivo	1299
15. DIREITOS SOCIAIS	1301
15.1. Aspectos gerais	1301
15.2. Breves comentários aos direitos sociais	1303
15.2.1. Direito à educação	1303
15.2.2. Direito à saúde	1303
15.2.3. Direito à alimentação	1304
15.2.4. Direito ao trabalho	1304
15.2.5. Direito à moradia	1304
15.2.6. Direito ao transporte	1305
15.2.7. Direito ao lazer	1306
15.2.8. Direito à segurança	1306
15.2.9. Direito à previdência social	1306
15.2.10. Proteção à maternidade e à infância	1307
15.2.11. Assistência aos desamparados	1310
15.3. “PEC da felicidade” — PECs ns. 513/2010-CD e 19/2010-SF	1310
15.4. Direitos relativos aos trabalhadores	1311
15.4.1. Direitos sociais individuais dos trabalhadores	1312
15.4.2. Direitos sociais coletivos dos trabalhadores (arts. 8.º a 11)	1318
15.5. “Metodologia <i>fuzzy</i> ” e “camaleões normativos” na problemática dos direitos sociais, culturais e econômicos (Canotilho)	1322
15.5.1. Princípio do não retrocesso social ou da proibição da evolução reacionária. Interpretação a ser dada à EC n. 86/2015 (fruto da “PEC do Orçamento Impositivo”) e perspectivas lançadas pela EC n. 95/2016	1323
15.5.2. “Judicialização da saúde”: fornecimento de medicamentos	1325
15.6. Material digital exclusivo	1328
16. NACIONALIDADE	1329
16.1. Conceito	1329
16.1.1. Definições correlatas	1329
16.2. Espécies de nacionalidade e critérios para a sua aquisição	1330
16.3. Brasileiro nato	1331
16.4. Brasileiro naturalizado	1333
16.4.1. Noções introdutórias: procedimento	1333
16.4.2. Naturalização ordinária constitucional em relação aos originários de países de língua portuguesa	1334
16.4.3. Naturalização ordinária legal	1334
16.4.4. Naturalização especial	1335
16.4.5. Naturalização provisória	1335
16.4.6. Naturalização extraordinária ou quinquenária	1335
16.4.7. Conclusão de curso superior: ainda subsiste com a revogação do Estatuto dos Estrangeiros?	1336

16.5. Quase nacionalidade — portugueses — art. 12, § 1.º — reciprocidade.....	1336
16.6. A lei poderá estabelecer distinções entre brasileiros natos e naturalizados?.....	1337
16.6.1. Regra geral.....	1337
16.6.2. Hipóteses taxativas de exceção à regra geral.....	1337
16.7. Medidas de retirada compulsória: repatriação, deportação e expulsão.....	1350
16.7.1. Repatriação.....	1351
16.7.2. Deportação.....	1351
16.7.3. Expulsão.....	1352
16.7.4. Banimento: existe expulsão ou banimento de brasileiros?.....	1354
16.8. Asilo político e refúgio (direito de permanecer no Brasil).....	1355
16.9. Perda da nacionalidade.....	1356
16.9.1. Hipóteses de perda da nacionalidade.....	1356
16.10. Reaquisição da nacionalidade brasileira perdida.....	1360
16.11. Material digital exclusivo.....	1361
17. DIREITOS POLÍTICOS.....	1363
17.1. Noções introdutórias.....	1363
17.1.1. Democracia semidireta ou participativa.....	1363
17.1.2. Plebiscito “versus” referendo: experiências na história brasileira.....	1364
17.1.3. O resultado do plebiscito ou do referendo pode ser modificado por lei ou emenda à Constituição?.....	1367
17.1.4. Quadro comparativo: plebiscito “versus” referendo.....	1368
17.1.5. EC n. 111, de 28.09.2021.....	1368
17.1.6. Outros institutos de democracia semidireta ou participativa: “recall” e veto popular.....	1369
17.1.7. Democracia contemporânea: novas perspectivas (Luís Roberto Barroso)	1369
17.2. Soberania popular, nacionalidade, cidadania, sufrágio, voto e escrutínio.....	1370
17.3. Direito político positivo (direito de sufrágio).....	1371
17.3.1. Capacidade eleitoral ativa.....	1371
17.3.2. Capacidade eleitoral passiva.....	1374
17.4. Direitos políticos negativos.....	1375
17.4.1. Inelegibilidades.....	1375
17.4.2. Candidatos com “ficha suja”: inelegibilidade?.....	1382
17.4.3. Privação dos direitos políticos — perda e suspensão.....	1387
17.4.4. Reaquisição dos direitos políticos perdidos ou suspensos.....	1389
17.5. Servidor público e exercício do mandato eletivo.....	1390
17.6. Material digital exclusivo.....	1390
18. PARTIDOS POLÍTICOS.....	1391
18.1. Conceito.....	1391
18.2. Regras constitucionais.....	1391
18.3. Fundo Partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão — direito de antena (EC n. 97/2017).....	1394
18.4. Coligações partidárias: evolução jurisprudencial e reformas constitucionais (ECs ns. 52/2006 e 97/2017).....	1395
18.4.1. Regras gerais.....	1395

18.4.2.	Primeiro momento — a consagração da regra da verticalização das coligações partidárias pelo TSE.....	1396
18.4.3.	Ataques à regra da verticalização das coligações partidárias fixada pelo TSE e o destaque para o art. 16, CF/88 (cláusula constitucional da anualidade)...	1397
18.4.4.	Ataques à regra da EC n. 52/2006, que expressamente acabou com a obrigatoriedade da verticalização das coligações partidárias. Mantida a verticalização para as eleições de 2006 (anualidade eleitoral — art. 16 da CF). A EC n. 52/2006 entrou em vigor na data de sua publicação, mas somente pôde ser aplicada às eleições que ocorreram até um ano da data de sua vigência	1399
18.4.5.	EC n. 97/2017: alteração da Constituição Federal para se vedar as coligações partidárias nas eleições proporcionais, admitindo-as apenas, como faculdade, para as eleições majoritárias	1402
18.4.6.	Federações partidárias e a ADI 7.021 (STF).....	1403
18.5.	Fidelidade partidária.....	1404
18.5.1.	Sistema proporcional	1405
18.5.2.	Sistema majoritário	1406
18.5.3.	Resolução do TSE x Minirreforma Eleitoral (Lei n. 13.165/2015). Aspectos sobre a justa causa para desfiliação partidária e o caso específico do sistema majoritário.....	1406
18.5.4.	EC n. 91/2016 (“Janela Partidária Constitucional”) e Minirreforma Eleitoral (“Janela Partidária Legal”)	1408
18.5.5.	EC n. 97/2017 (nova “Janela Partidária Constitucional”).....	1409
18.5.6.	EC n. 111/2021 (nova “Minirreforma” Eleitoral)	1409
18.6.	A vaga decorrente do licenciamento de titulares de mandato parlamentar deve ser ocupada pelos suplentes das coligações ou dos partidos?.....	1410
18.7.	Financiamento das campanhas eleitorais — ADI 4.650, ADI 5.394 (aspectos da Minirreforma Eleitoral de 2015 — Lei n. 13.165) e ADI 5.494 (perspectivas a partir da Minirreforma Eleitoral de 2017 — Lei n. 13.488).....	1411
18.8.	EC n. 111/2021 — ação afirmativa 1.....	1413
18.9.	EC n. 117/2022 — ação afirmativa 2.....	1414
18.10.	Material digital exclusivo	1414
19.	ORDEM SOCIAL.....	1415
19.1.	Aspectos gerais	1415
19.1.1.	Valores da ordem social: base e objetivo.....	1415
19.1.2.	Conteúdo da ordem social.....	1416
19.2.	Seguridade social.....	1417
19.2.1.	Princípios orientadores da organização da seguridade social.....	1417
19.2.2.	Financiamento da seguridade social.....	1417
19.2.3.	Competência discriminada (lei ordinária) e competência residual (lei complementar)	1419
19.2.4.	Inconstitucionalidade do art. 3.º, § 1.º, da Lei n. 9.718/98 (PIS/PASEP e COFINS). EC n. 20/98 — impossibilidade do fenômeno da “constitucionalidade superveniente”.....	1419
19.2.5.	Cobrança da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) para sociedades civis de profissões regulamentadas.....	1420
19.3.	Educação.....	1423

19.3.1.	“Homeschooling” (RE 888.815).....	1423
19.3.2.	FUNDEB — Aspectos gerais — ECs ns. 53/2006 e 108/2020	1423
19.3.3.	Quadro esquematizado da educação escolar	1425
19.3.4.	Fim (progressivo) da DRU para a educação e as ECs ns. 59/2009, 68/2011, 93/2016 e 103/2019.....	1427
19.4.	Cultura	1429
19.4.1.	Plano Nacional de Cultura (EC n. 48/2005).....	1429
19.4.2.	Sistema Nacional de Cultura (EC n. 71/2012).....	1430
19.5.	Desporto.....	1431
19.5.1.	Desporto em sentido amplo	1431
19.5.2.	Modalidades de desporto	1432
19.5.3.	Papel do Estado e das entidades dirigentes e associações na promoção do desporto.....	1432
19.5.4.	Destinação dos recursos públicos para o desporto	1433
19.5.5.	Manifestações desportivas de “criação nacional”	1433
19.5.6.	Justiça Desportiva	1433
19.5.7.	Bingos e a questão específica das loterias como serviço público (competência administrativa).....	1436
19.6.	Ciência, tecnologia e inovação (EC n. 85/2015).....	1437
19.6.1.	Perspectivas introduzidas pela EC n. 85/2015	1437
19.6.2.	O papel do Estado	1437
19.6.3.	Modalidades de pesquisa e o tratamento prioritário do Estado	1438
19.6.4.	Apoio e incentivo do Estado	1438
19.6.5.	Estado Social de Direito: concepção social do mercado.....	1439
19.6.6.	O destaque para a biotecnologia	1440
19.7.	Comunicação social.....	1440
19.7.1.	Princípios orientadores da comunicação social.....	1441
19.7.2.	Princípios a orientar a produção e a programação das emissoras de rádio e TV.....	1443
19.7.3.	Propriedade de empresa jornalística e de radiodifusão sonora e de sons e imagens	1444
19.7.4.	Serviços de radiodifusão sonora (rádio) e de sons e imagens (TV).....	1445
19.7.5.	Conselho de Comunicação Social: órgão auxiliar do CN	1450
19.7.6.	Direito de antena e a EC n. 97/2017.....	1450
19.7.7.	Lei de Imprensa — ADPF 130	1451
19.7.8.	“Lei Eleitoral sobre o Humor”, Res. 23.714/2022 do TSE (Eleições 2022) e a problemática das “fake news”	1451
19.8.	Meio ambiente	1453
19.8.1.	Conceito de meio ambiente.....	1453
19.8.2.	Aspectos do meio ambiente	1453
19.8.3.	Direitos humanos, direito ao desenvolvimento e direito a um meio ambiente sadio e ecologicamente equilibrado para as presentes e futuras gerações.....	1454
19.8.4.	A proteção ambiental no constitucionalismo brasileiro	1456
19.8.5.	Natureza jurídica do meio ambiente e a justiça distributiva entre as presentes e futuras gerações.....	1458
19.8.6.	Incumbência do Poder Público	1458

19.8.7.	Crueldade contra animais?.....	1460
19.8.8.	Importação de pneus usados — ADPF 101	1466
19.8.9.	Exploração de recursos minerais	1466
19.8.10.	Responsabilidade por danos ambientais.....	1467
19.8.11.	Ecosistemas especialmente protegidos e erigidos à categoria de patrimônio nacional	1468
19.8.12.	Os “Soldados da Borracha” e a EC n. 78/2014.....	1468
19.8.13.	Terras devolutas	1469
19.8.14.	Localização das usinas nucleares: necessidade de lei federal	1471
19.9.	Família, criança, adolescente, jovem e idoso	1472
19.9.1.	Família: conceito de entidade familiar.....	1472
19.9.2.	União homoafetiva (união estável entre pessoas do mesmo sexo)	1473
19.9.3.	Impossibilidade de reconhecimento de união estável e de relação homoafetiva concomitantes para fins de rateio de pensão por morte — RE 1.045.273... ..	1475
19.9.4.	Transexualidade: transgêneros e o direito de alteração no registro civil	1476
19.9.5.	O enquadramento da homofobia e da transfobia como crimes de racismo pelo STF (ADO 26 e MI 4.733)	1480
19.9.6.	A união estável pode ser reconhecida em relação a uma menor de 14 anos estuprada que veio a se casar com o agressor, para efeitos de extinção de punibilidade quando era admitida (antes da revogação do art. 107, VII, do CP)?	1481
19.9.7.	Família: assistência e proteção contra a violência doméstica. As particularidades da denominada Lei Maria da Penha (ADC 19 e ADI 4.424).....	1482
19.9.8.	Casamento: regras gerais; gratuidade da celebração; efeito civil; liberdade de crença (centro espírita, candomblé, umbanda etc.).....	1486
19.9.9.	Divórcio: forma de dissolução do casamento civil à luz da EC n. 66/2010 e do CPC/2015	1487
19.9.10.	Liberdade para o planejamento familiar: dignidade da pessoa humana e paternidade responsável.....	1489
19.9.11.	Criança, adolescente e jovem (EC n. 65/2010)	1490
19.9.12.	Criança, adolescente e jovem: proteção especial. Avanços trazidos pelo Estatuto da Primeira Infância (Lei n. 13.257/2016)	1493
19.9.13.	Alienação parental	1494
19.9.14.	Adoção	1495
19.9.15.	Direito de ação de investigação de paternidade: a problemática da submissão coercitiva ao exame de DNA	1498
19.9.16.	Portadores de deficiência	1499
19.9.17.	Inimputabilidade penal	1503
19.9.18.	Dever de reciprocidade entre pais e filhos	1504
19.9.19.	Idosos	1504
19.10.	Índios	1506
19.10.1.	Os índios no constitucionalismo brasileiro e a questão terminológica	1506
19.10.2.	Proteção das “minorias nacionais” e a importância da “terra”	1507
19.10.3.	Terras tradicionalmente ocupadas pelos índios.....	1508
19.10.4.	Indigenato: fonte para o direito dos índios sobre as suas terras.....	1511
19.10.5.	Usufruto exclusivo dos índios e a mineração em terras indígenas.....	1512
19.10.6.	Regras constitucionais para a remoção dos grupos indígenas	1512

19.10.7. Demarcação das terras indígenas	1513
19.10.8. Defesa judicial dos direitos e interesses dos índios.....	1517
19.10.9. Educação nas comunidades indígenas.....	1519
19.10.10. Infanticídio indígena.....	1520
19.11. Material digital exclusivo	1521
20. ORDEM ECONÔMICA E FINANCEIRA	1523
Material digital exclusivo.....	1523
21. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	1525
Material digital exclusivo.....	1525
<i>Referências</i>	1527